Voz X Vós

Redução da maioridade penal: contra ou a favor?

A maioridade penal em debate

De tempos em tempos, o debate volta à cena: reduzir a maioridade penal, hoje em 18 anos, é o caminho para combater a crescente violência que inferniza a vida dos cidadãos?

Para alguns, entre eles setores organizados, a diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos (há quem fale em 14) é solução líquida e certa contra o aumento da criminalidade. Para outros, o problema central é social e envolve as condições de vida da maioria pobre da população.

O debate é apaixonado e resvala, muitas vezes, em casos pessoais. Como não se compadecer da mãe que acaba de perder o filho num estúpido assalto no centro de uma cidade qualquer? Mas uma análise científica do problema exige distanciamento. Os casos são muitos, é verdade, mas qual será a sua raiz?

Para o jurista Damásio Evangelista de Jesus, é preciso observar não só o sentido técnico da questão, mas também o seu lado prático. "É claro que um jovem de 17 ou 18 anos sabe o que faz", diz ele, "mas é preciso lembrar que estamos num país chamado Brasil, que apresenta um dos piores sistemas carcerários do mundo."

O professor Gílson César Augusto da Silva, da Fundação Eurípides, defende a redução. "Às vezes, punindo-se com mais rigor um jovem de 16 anos, evitaríamos que ele se tornasse um delinqüente." Para o colega Benedito Pereira Filho, não é bem assim. "A prisão só vai servir como escola, aprimorando o delinqüente."

No dia 20 de maio, a Fundação promoveu um debate sobre o tema, que lotou o anfiteatro da instituição. Ricardo Rezende, assessor da campanha "Crime não tem idade - Maioridade Penal aos 14 anos", idealizada pelo deputado Campos Machado, foi enfático ao advogar a redução da maioridade, como forma de "evitar os crimes cometidos por aqueles que só os cometem porque contam com a inimputabilidade, que hoje é sinônimo de impunidade".

Indignado, o promotor de Justiça da Infância e da Juventude de São Paulo, Clílton Guimarães dos Santos, teceu severas críticas à proposta. "No Brasil, as legislações são feitas pela elite, que quer nos fazer acreditar que o crime acabará depois que a lei entrar em vigor", argumentou, lembrando a Lei dos Crimes Hediondos, criada em 1990 logo após o seqüestro de uma figura conhecida da sociedade.

A professora Maria Suzana De Stefano Menin, da Unesp de Presidente Prudente, preferiu rebater a proposta com base numa pesquisa realizada junto a 480 adolescentes. "Os dados mostram a imaturidade dos jovens em relação às leis, principalmente nos de escolas públicas e de baixa renda", explica ela, alertando que o rebaixamento da maioridade penal prejudicaria a classe social mais pobre, justamente a mais despreparada quanto às leis.

Nas páginas seguintes, confira a opinião de cada um dos debatedores.